

PORTARIA Nº58/2024 DE 22 DE AGOSTO DE 2024

EMENTA: REGULAMENTA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO SUPLEMENTAR À SAÚDE (AUXÍLIO-SAÚDE) PARA AS/OS TRABALHADORAS/ES DO CRESS SC.

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 12ª Região, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos previstos no artigo 196, da Constituição Federal;

Considerando, que a Constituição Federal, em sintonia com a Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho, assegura a todos os trabalhadores, independentemente do regime jurídico a que estejam submetidos, o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, conforme preceitua o art. 7º, XXII, c/c o art. 39, § 3º da Constituição Federal;

Considerando, a importância de serem garantidos os princípios preconizados nas Diretrizes para Gestão do Trabalho do Conjunto CFESS/CRESS no tocante a adoção de benefícios associados à saúde dos trabalhadores do CRESS SC;

Considerando, que, no Âmbito da Administração Pública direta e indireta, a prestação de assistência à saúde poderá ser operacionalizada, entre outras modalidades, na forma de auxílio de caráter indenizatório, mediante reembolso das despesas realizadas individualmente por seus trabalhadores;

Considerando, que tal modalidade atenderá ao fim social a que se destina;

Considerando, as determinações contidas no Acórdão 2.018/2013-TCU/Plenário - Relatora: Ministra Ana Arraes, TC: 037.600/2011-7, o qual prevê que a prestação de assistência à saúde suplementar do servidor pode ser operacionalizada na forma de auxílio, mediante ressarcimento;

Considerando, a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, para a realização de despesa dessa natureza;

Considerando, que o “Relatório CFESS na Estrada – CRESS Santa Catarina” de 04 e 05 de abril de 2024 apontou a situação do plano de saúde como um ponto de atenção e requereu solução à curto prazo por parte desta Regional;

Considerando, a Manifestação Jurídica nº 62/2024-V da Assessoria Jurídica do CFESS datada de 01 de julho de 2024;

Considerando, ainda, a aprovação da presente Portaria *ad referendum* do Conselho Pleno, realizada no dia 22 de agosto de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º. Regular a prestação de assistência à saúde suplementar (Auxílio-Saúde) para trabalhadoras/es efetivas/os e ocupantes de cargo de comissão do Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região – CRESS SC.

Art. 2º A assistência médica, hospitalar, odontológica e psicológica será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e, de forma suplementar mediante Auxílio Suplementar à Saúde (Auxílio Saúde de caráter indenizatório), por meio de ressarcimento dos valores despendidos pelas/os trabalhadoras/es com planos ou seguros privados de saúde e/ou com despesas relacionadas às consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS, bem

como, ressarcimento das despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos), com aquisição de medicamentos (medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de acordo com a prescrição médica), suplementos e completos alimentares (de acordo com prescrição), vacinas (com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária), órteses (de acordo com a prescrição médica), próteses (de acordo com a prescrição médica) e dispositivos médicos, até o limite do valor disposto no art. 6º desta Resolução.

Art. 3º. O Auxílio à Saúde de caráter indenizatório de que trata esta Portaria destina-se ao **ressarcimento parcial de despesas** das/os trabalhadoras/es efetivas/os e ocupantes de cargo de comissão do Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região – CRESS SC e de seus dependentes com idade inferior a dezoito anos de idade, com planos ou seguros privados de saúde ou com despesas relacionadas às consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS, bem como, ressarcimento das despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos), com aquisição de medicamentos (medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de acordo com a prescrição médica), suplementos e completos alimentares (de acordo com prescrição), vacinas (com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária), órteses (de acordo com a prescrição médica), próteses (de acordo com a prescrição médica) e dispositivos médicos.

§1º. A/o trabalhador/a deverá arcar com a diferença caso a mensalidade de seu plano de saúde ou seguro saúde **supere o valor da prestação de contas do auxílio saúde** e, na hipótese de ser inferior, poderá utilizar o saldo para custear despesas relacionadas às consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS, bem como, ressarcimento das despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos), com aquisição de medicamentos (medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de acordo com a prescrição médica), suplementos e completos alimentares (de acordo com prescrição), vacinas (com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de acordo com a prescrição médica), órteses (de acordo com a prescrição médica) e próteses (de acordo com a prescrição médica) e dispositivos médicos;

§2º. A/o trabalhador/a deverá arcar com a diferença caso as despesas com consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS, bem como, ressarcimento das despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos), com aquisição de medicamentos (medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de acordo com a prescrição médica), suplemento e completo alimentar (de acordo com prescrição), vacinas (com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária), órteses (de acordo com a prescrição médica), próteses (de acordo com a prescrição médica) e dispositivos médicos, **supere o valor da prestação de contas do auxílio saúde.**

Art. 4º. Para fins desta Resolução, considera-se:

- I – beneficiária/o do auxílio-saúde as/os empregadas/os públicas/os efetivas/os ativas/os e as/os ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, com vínculos trabalhistas junto ao CRESS SC;
- II – dependente da/o beneficiária/o do auxílio-saúde a/o com idade inferior a 18 (dezoito) anos;

Parágrafo único. A comprovação da relação de dependência será realizada por meio da apresentação dos documentos (certidão de nascimento e CPF) e poderá ser exigida a qualquer tempo.

Art. 5º. O valor a ser despendido pelo CRESS SC com o Auxílio Suplementar à Saúde (Auxílio Saúde) das/os suas/seus trabalhadoras/es será custeado pelo orçamento próprio desta Autarquia e terá por base a dotação orçamentária específica consignada no orçamento anual e na disponibilidade financeira da entidade.

Art. 6º. O auxílio-saúde corresponderá à importância fixa mensal a ser antecipada na folha de pagamento no valor de:

I – R\$ 900,00 (novecentos reais) para trabalhador sem dependentes;

II - R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), para trabalhador com 1 (um) dependente;

III - R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) para trabalhador com 2 (dois) dependentes;

IV - R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) para trabalhador com 3 (três) dependentes;

§1º. A importância descrita nos incisos, I, II, III e IV deste artigo poderá ser acrescida nos casos de:

I – A/O beneficiária/o ou algum dependente ser pessoa com deficiência (nos termos do art. 2º da Lei nacional n. 13.146, de 6 de julho de 2015, e do art. 5º da Lei estadual n. 17.292, de 19 de outubro de 2017);

II – A/O beneficiária/o ou algum dependente ser pessoa com doença grave (conforme o rol constante no inciso XIV do art. 6º da Lei nacional n. 7.713, de 22 de dezembro de 1988).

§2º. Tratando-se de beneficiária/o ou dependente portador/a de doença grave ou pessoa com deficiência, o implemento do acréscimo do limite de reembolso dependerá de requerimento (Anexo II). O requerimento deverá ser instruído com atestado médico que comprove a existência que o fundamenta;

§3º. Será disponibilizada a quantia mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a ser rateada (dividida de maneira igualitária) entre as/os titulares e/ou dependentes que se enquadrem em alguma das condições estabelecidas no §1º deste artigo.

§4º. O valor do Auxílio Saúde poderá ser atualizado anualmente, considerada a disponibilidade orçamentária do CRESS SC. Não estando condicionado a reajustes de preços das operadoras de planos de saúde contratados pelas/os trabalhadoras/es.

Art. 7º. O auxílio-saúde concedido nos termos desta Portaria:

I - Não será incorporado ao salário, vencimento, remuneração ou pensão;

II - Não se caracterizará como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*;

III - Não acumulará com outras espécies de benefícios semelhantes;

IV - Tem caráter indenizatório e deverá ser considerado como rendimento isento e não tributável para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), com base no art. 35, I, “p”, do Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza aprovado pelo Decreto (federal) n. 9.580, de 22 de novembro de 2018, e no art. 60 da IN RB 1.500/2014, não incidindo sobre ele desconto algum.

Art. 8º. O CRESS remeterá as informações necessárias à assessoria contábil para os fins de inserção do respectivo valor referente ao auxílio-saúde em folha de pagamento.

§1º. Para as/os beneficiárias/os que se enquadrem na hipótese descrita do §1º do art. 6º, a concessão do benefício ficará condicionada a:

I - Requerimento por meio de formulário descrito no Anexo II, desta Portaria, e entregue até o dia 20 (vinte) de cada mês com os seguintes dados:

a) nome completo do/a funcionário/a;

b) cargo ocupado;

c) nome/s e idade/s do/s dependente/s, se for o caso;

d) atestado médico que comprove a existência que o fundamenta;

§2º. A/O beneficiária/o fará jus ao recebimento na folha no mês da apresentação do requerimento, desde que seja observado o prazo estipulado no inciso I.

Art. 9º. Constatada a regularidade da documentação do art. 8º, fica delegada competência à Diretoria para a concessão do auxílio- saúde aos funcionários do CRESS SC.

Art. 10. O pagamento do Auxílio Saúde será devido a partir de 01 de agosto de 2024 e será pago mensalmente em folha de pagamento.

Parágrafo único. A/o Trabalhador/a fará jus à percepção de valor único mensal a título de auxílio saúde, devendo qualquer alteração na sua situação regular para o recebimento do benefício ser formalizada junto à Coordenação Administrativa Financeira.

Art. 11. Constituem-se em obrigações das/os trabalhadores/as beneficiárias/os do auxílio-saúde:

I– O pagamento das mensalidades junto à empresa/operadora de plano de saúde ou seguro saúde por este contratada;

II– Comprovação de pagamento das mensalidades e de pagamento das despesas relacionadas às consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS, bem como, ressarcimento das despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos), com aquisição de medicamentos (medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de acordo com a prescrição médica), suplemento e complemento alimentar (de acordo com prescrição), vacinas (com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária), órteses (de acordo com a prescrição médica), próteses (de acordo com a prescrição médica) e dispositivos médicos, se for o caso, para os casos dos/as funcionários/as que não possuem Plano de Saúde ou que precisem complementar a comprovação de despesas no valor integral do auxílio saúde junto à Coordenação Administrativa Financeira do CRESS SC;

Art. 12. As/os trabalhadores/as beneficiárias/os do Auxílio Saúde, que apresentarem a condição de titular ou de dependente de plano de saúde, deverão apresentar à Coordenação Administrativa Financeira conforme cronograma estipulado no Anexo I, os comprovantes de quitação do plano de saúde/seguro saúde a que se encontre vinculado como titular ou dependente e os comprovantes de pagamento das despesas complementares relacionadas às consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS, bem como, ressarcimento das despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos), com aquisição de medicamentos (medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de acordo com a prescrição médica), suplementos e completos alimentares (de acordo com prescrição), vacinas (com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária), órteses (de acordo com a prescrição médica), próteses (de acordo com a prescrição médica) e dispositivos médico, e, também de seus dependentes, se for o caso.

Parágrafo único. O pagamento do benefício será imediatamente suspenso caso não sejam apresentados os comprovantes de pagamento no prazo disposto no Anexo I desta Portaria.

Art. 13. A comprovação do pagamento a que se refere o caput, do artigo 12, desta Portaria será efetivada junto à Coordenação Administrativa Financeira do CRESS SC e serão aceitos os seguintes documentos para comprovação dos pagamentos:

I – De despesas com plano/seguro de saúde:

a) boleto bancário de cada uma das mensalidades e das despesas de coparticipação, se houver, do respectivo período ou documento equivalente que demonstre a quitação com a operadora do plano de saúde ou seguro saúde no período correspondente, contendo, no mínimo, informações sobre a razão social da operadora, identificação do beneficiário ou do titular do plano ou seguro, o mês de competência e a discriminação do valor pago; ou

b) declaração da operadora do plano de saúde ou seguro saúde, identificada com a razão social completa e o CNPJ, especificando a quitação anual ou dos pagamentos mensais realizados discriminando os valores pagos, no período correspondente;

II- De despesas complementares com consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS, bem como, ressarcimento das

despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos), com aquisição de medicamentos (medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de acordo com a prescrição médica), suplementos e complementos alimentares (de acordo com prescrição), vacinas (com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária), órteses (de acordo com a prescrição médica), próteses (de acordo com a prescrição médica) e dispositivos médicos, na seguinte forma:

a) Consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS, bem como, ressarcimento das despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos): recibos contendo o nome do profissional prestador do serviço, CPF, endereço, valor e data/s da emissão da nota fiscal /ou notas fiscais expedidas na forma da legislação vigente;

b) Medicamentos: nota ou cupom fiscal de aquisição dos medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de acordo com a prescrição médica, com data não anterior à respectiva prescrição e receituário médico ou odontológico contendo: nome do paciente; data de emissão; dosagem; posologia, identificação e assinatura do médico;

c) Suplementos e completos alimentares: nota ou cupom fiscal de aquisição dos suplementos e complementos alimentares, de acordo com a prescrição, com data não anterior à respectiva prescrição e receituário contendo: nome do paciente; data de emissão; dosagem; posologia, identificação e assinatura do profissional;

d) Vacina: recibo ou nota fiscal, datado, informando a marca, modelo, fabricante e registro na Anvisa;

e) Órteses, próteses e dispositivos médicos: nota ou cupom fiscal de aquisição das órteses,

próteses e dispositivos médicos, de acordo com a prescrição, com data não anterior à respectiva prescrição e receituário médico ou odontológico contendo: nome do paciente; data de emissão; identificação e assinatura do médico.

§1º. A data limite estabelecida para apresentação dos comprovantes mencionados neste artigo será até o dia 10 dos respectivos meses **conforme cronograma estipulado no Anexo I.**

§2º As solicitações de reembolso que não atenderem às exigências deste artigo serão indeferidas e devolvidas ao solicitante, com indicação do motivo da devolução.

§3º. O pagamento do benefício será imediatamente suspenso caso não sejam apresentados os comprovantes de pagamento no prazo estipulado.

§4º. Se as despesas do trabalhador não atingirem o valor total mensal do auxílio saúde descrito no artigo 6º desta Portaria, o valor residual poderá ser utilizado para o ressarcimento de despesas acumuladas durante o período de vigência da prestação.

§5º. Caso a Nota Fiscal ou Recibo sejam emitidos após a realização das despesas previstas neste artigo e não possuam a data da realização do fato gerar, será admitida declaração do prestador de serviço referente a data que seu deu realização.

Art. 14. Será aceita na primeira prestação de contas (anexo I) a comprovação do pagamento de despesas realizadas no período de 22/07/2024 a 31/07/2024.

Art. 15. A/o trabalhador/as irá realizar a prestação de contas apresentando presencialmente junto ao Coordenador Administrativo Financeiro ou quem o substitua, mediante formulário, comprovantes estabelecidos no art. 14 e protocolo de entrega (Anexo III e IV).

§ 1º Na impossibilidade de apresentar presencialmente, será admitida entrega de documentos por e-mail: financeiro@cress-sc.org.br. Ficando condicionada a entrega da documentação presencial assim que a impossibilidade cessar.

§ 2º Não serão aceitos documentos com emendas, rasuras ou fora dos prazos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 16. Os valores recebidos a título de auxílio saúde, que não forem utilizados, devem ser devolvidos ao CRESS-SC no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da constatação feita pelo Coordenador Administrativo Financeiro, nos moldes da Resolução CRESS SC n. 02/2024.

Art. 17. Para fins de controle e administração da concessão do Auxílio Saúde tratado nesta Portaria, a Coordenação Administrativa Financeira do CRESS SC realizará levantamento das comprovações de pagamentos apresentados pelos/as funcionários/as, informando à Diretoria desta Regional acerca de eventuais ocorrências que caracterizem o descumprimento da presente Portaria.

Parágrafo Único. As irregularidades praticadas por trabalhador/a, com vistas à obtenção à indevida utilização do auxílio-saúde, além de autorizar à Diretoria do CRESS SC à imediata exclusão do correspondente benefício, sujeitarão o/a infrator/a às cominações administrativas, cíveis e penais cabíveis e ao consequente ressarcimento dos valores recebidos indevidamente, mediante desconto em folha de pagamento.

Art. 18. A perda do direito ao Auxílio-Saúde se dará nas seguintes situações:

- I - falecimento;
- II- demissão;
- II - decisão judicial;
- III - inscrição em outro programa de assistência à saúde de trabalhadores/as, ainda que com ressarcimento parcial, tanto na condição de titular quanto na de dependente;
- IV - inobservância, por mais de 60 (sessenta) dias, do prazo disposto nos artigos 13 e 15, desta Portaria, conforme a situação, para apresentação dos respectivos comprovantes à Coordenação Administrativa Financeira do CRESS SC;
- V - em virtude de fraude;
- VI – inobservância das disposições contidas nos incisos I, II e III do artigo 9º, desta Portaria;
- VII - comprovação de prestação de informações inverídicas pelo/a funcionário/a;
- VIII – alteração no Acordo Coletivo de Trabalho;

Parágrafo Único. Em caso de demissão, falecimento ou afastamento legal que resulte na suspensão ou no cancelamento do Auxílio Saúde, os valores percebidos a mais pelo/a beneficiário/a poderão ser descontados em parcela única nas verbas rescisórias.

Art. 19. O/A funcionário/a terá o auxílio-saúde suspenso nas hipóteses do art. 18 e nos seguintes casos:

- I - afastamento para exercício de mandato eletivo;
- II - gozo de licença ou afastamento que implique cessação de percepção de remuneração.

Parágrafo único. Nas hipóteses de seguro-doença ou auxílio-enfermidade (art. 476 da CLT) a/o trabalhador/a fará jus a percepção do auxílio-saúde durante todo o prazo desse benefício (licença).

Art. 20. Será respeitada, para efeito de cálculo, a proporcionalidade dos dias do mês em que o/a funcionário/a tiver suspenso ou cancelado o direito à percepção do auxílio.

Art. 21. Caberá à Comissão Administrativa Financeira do CRESS SC o acompanhamento da Assistência à Saúde Suplementar, com a operacionalização da concessão do Auxílio-Saúde, inclusive por meio de sistema informatizado, mantendo os devidos relatórios.

Art. 22. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CRESS SC.

Art. 23. Esta Portaria possui caráter transitório e excepcional e será revogada nas seguintes hipóteses:

I- Contratação direta, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inc. V, da Lei 8.666/1993;

II –Após a adjudicação e homologação de novo certame licitatório que tenha como objeto a contratação de empresa operadora de plano de saúde.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de 22 de agosto de 2024, retroagindo seus efeitos para:

§1º. Os valores concedidos a título de auxílio saúde retroagem a data de 01 de agosto de 2024. O pagamento referente ao mês de agosto deverá ser lançado na folha de pagamento do mês de setembro de 2024.

§2º Para fins de prestação de contas os efeitos dessa portaria retroagem a data de 23/07/2024. e a comprovação do pagamento de despesas realizadas no período de 22/07/2024 a 31/07/2024 serão aceitas conforme art. 14.

Florianópolis (SC), 22 de agosto de 2024.

Cheyenne Vieira Marques
Assistente Social CRESS nº 4060 12ª Região
Conselheira Presidente

ANEXO I – CRONOGRAMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS	MESES DE REFERÊNCIA	PERÍODO PARA PRESTAÇÃO
Primeira prestação de contas:	<ul style="list-style-type: none">• 22/07/2024 à 31/07/2024;• Agosto de 2024;• Setembro de 2024.	De 01 a 10 de outubro de 2024.
Segunda prestação de contas:	<ul style="list-style-type: none">• Outubro de 2024;• Novembro de 2024;• Dezembro de 2024.	De 01 a 10 de janeiro de 2025.

ANEXO II – REQUERIMENTO PARA CONCESSÃO DO ACRESCIMO PREVISTO NO ART. 6º, §1º

À Coordenação Administrativa Financeira,

Nome completo:	
CPF:	
Cargo:	
E-mail:	Celular:
Carga horária:	

Venho requerer o acréscimo previsto no ART. 6º, §1º da Portaria CRESS n. 58/2024 em virtude de (*assinalar a hipótese de enquadramento*):

- () Beneficiário ser pessoa com deficiência (nos termos do art. 2º da Lei nacional n. 13.146, de 6 de julho de 2015, e do art. 5º da Lei estadual n. 17.292, de 19 de outubro de 2017);
- () Dependente ser pessoa com deficiência (nos termos do art. 2º da Lei nacional n. 13.146, de 6 de julho de 2015, e do art. 5º da Lei estadual n. 17.292, de 19 de outubro de 2017);
- () Beneficiário ser pessoa com doença grave (conforme o rol constante no inciso XIV do art. 6º da Lei nacional n. 7.713, de 22 de dezembro de 1988);
- () Dependente ser pessoa com doença grave (conforme o rol constante no inciso XIV do art. 6º da Lei nacional n. 7.713, de 22 de dezembro de 1988).

Caso a/o dependente se enquadre em alguma das condições mencionadas acima, o quadro abaixo deve ser preenchido:

Nome da/o dependente:	
Data de nascimento:	Relação*:

Declaro, ainda, estar ciente que:

- Tratando-se de beneficiário ou dependente pessoa com doença grave ou pessoa com deficiência, o implemento do acréscimo do limite de reembolso ficará atrelado ao preenchimento deste Requerimento.
- Este requerimento está instruído com atestado médico que comprove a gravidade da doença ou a deficiência que o fundamenta;
- Mensalmente, será disponibilizada a quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a ser rateada (dividida de maneira proporcional) entre os titulares e/ou dependentes que se enquadrem em alguma das condições estabelecidas no art. 6º, §1º da Portaria CRESS n. 58/2024.

Documentação exigida que deverá ser anexada ao Requerimento:

- Certidão de Nascimento original e cópia para o caso de dependente;
 - Atestado médico que certifique a gravidade da doença ou a deficiência que fundamenta o requerimento;
- Pede deferimento.

Em, ____ / ____ / ____.

(Nome Completo - Legível)

Assinatura do Trabalhador

ANEXO III – FORMULÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

FORMULÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS Portaria CRESS n. 58/2024				
Nome:			CPF:	
Cargo/Função:				
Nome e CPF dos dependentes (se for o caso):				
DESCRIZAÇÃO DOS ITENS/COMPROVANTES				
Item	Descrição do item	Fornecedor:	Valor (R\$)	
1	<input type="checkbox"/> De despesas com plano/seguro de saúde <input type="checkbox"/> Consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS <input type="checkbox"/> Despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos: <input type="checkbox"/> Medicamentos/Complementos e suplementos <input type="checkbox"/> Vacina <input type="checkbox"/> Órteses, próteses e dispositivos médicos.	_____ _____ _____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____ _____ _____	
2	<input type="checkbox"/> De despesas com plano/seguro de saúde <input type="checkbox"/> Consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS <input type="checkbox"/> Despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos: <input type="checkbox"/> Medicamentos/Complementos e suplementos <input type="checkbox"/> Vacina <input type="checkbox"/> Órteses, próteses e dispositivos médicos.	_____ _____ _____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____ _____ _____	
3	<input type="checkbox"/> De despesas com plano/seguro de saúde <input type="checkbox"/> Consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS <input type="checkbox"/> Despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos: <input type="checkbox"/> Medicamentos/Complementos e suplementos <input type="checkbox"/> Vacina <input type="checkbox"/> Órteses, próteses e dispositivos médicos.	_____ _____ _____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____ _____ _____	
4	<input type="checkbox"/> De despesas com plano/seguro de saúde <input type="checkbox"/> Consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS <input type="checkbox"/> Despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos: <input type="checkbox"/> Medicamentos/Complementos e suplementos <input type="checkbox"/> Vacina <input type="checkbox"/> Órteses, próteses e dispositivos médicos.	_____ _____ _____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____ _____ _____	
5	<input type="checkbox"/> De despesas com plano/seguro de saúde <input type="checkbox"/> Consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS <input type="checkbox"/> Despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos: <input type="checkbox"/> Medicamentos/Complementos e suplementos <input type="checkbox"/> Vacina <input type="checkbox"/> Órteses, próteses e dispositivos médicos.	_____ _____ _____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____ _____ _____	

6	<input type="checkbox"/> De despesas com plano/seguro de saúde <input type="checkbox"/> Consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS <input type="checkbox"/> Despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos: <input type="checkbox"/> Medicamentos/Complementos e suplementos <input type="checkbox"/> Vacina <input type="checkbox"/> Órteses, próteses e dispositivos médicos.	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____
7	<input type="checkbox"/> De despesas com plano/seguro de saúde <input type="checkbox"/> Consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS <input type="checkbox"/> Despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos: <input type="checkbox"/> Medicamentos/Complementos e suplementos <input type="checkbox"/> Vacina <input type="checkbox"/> Órteses, próteses e dispositivos médicos.	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____
8	<input type="checkbox"/> De despesas com plano/seguro de saúde <input type="checkbox"/> Consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS <input type="checkbox"/> Despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos: <input type="checkbox"/> Medicamentos/Complementos e suplementos <input type="checkbox"/> Vacina <input type="checkbox"/> Órteses, próteses e dispositivos médicos.	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____
9	<input type="checkbox"/> De despesas com plano/seguro de saúde <input type="checkbox"/> Consultas, exames, cirurgias e tratamentos previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS <input type="checkbox"/> Despesas odontológicas (consultas, exames e procedimentos: <input type="checkbox"/> Medicamentos/Complementos e suplementos <input type="checkbox"/> Vacina <input type="checkbox"/> Órteses, próteses e dispositivos médicos.	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____

Data do Protocolo:	Assinatura:
---------------------------	--------------------

Anexar cópia dos comprovantes de despesas: recibos/documentos fiscais nos moldes da Portaria.

Para uso exclusivo do CRESS:

	Valor total (R\$):	
Há valores recebidos a título de auxílio saúde, que não forem utilizados?		
Conferido pelo Coordenador de Administrativo Financeiro:	Data: _____/_____/_____	
Aprovado pelo ordenador de despesas	Data: _____/_____/_____	

ANEXO IV – PROTOCOLO DE ENTREGA

PROTOCOLO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS PORTARIA CRESS N.58/2024

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que _____, entregou nesta data os documentos relacionados abaixo referente à prestação de contas do auxílio saúde.

Documentos obrigatórios:

- _____ - Formulário de Prestação de Contas;
- _____ - Comprovantes de pagamento/recibos/notas fiscais e etc.;

Florianópolis de / 202__.

Assinatura do trabalhador.....Assinatura do Coordenador Administrativo Financeiro

PROTOCOLO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS APÓS DEFESA DE DISSERTAÇÃO

VIA DO CRESS SC

PROTOCOLO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS PORTARIA CRESS N.

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que _____, entreguei para o Coordenador Administrativo Financeiro nesta data os documentos relacionados abaixo referente à prestação de contas do auxílio saúde.

Documentos obrigatórios:

- _____ - Formulário de Prestação de Contas;
- _____ - Comprovantes de pagamento/recibos/notas fiscais e etc.;

Florianópolis de / 202__.

Assinatura do trabalhadorAssinatura do Coordenador Administrativo Financeiro
